

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.980 - MG (2019/0274180-8)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **FLAVIA GOUVEIA AQUINO**
ADVOGADOS : **NOROITO LEONEL VIEIRA - MG138652**
: **NORIAQUI LUIZ VIEIRA - MG116011**
RECORRIDO : **MUNICÍPIO DE CARMO DE MINAS**
ADVOGADO : **GIOVANNI LOPES BACELAR - MG089535**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por FLÁVIA GOUVEIA AQUINO, em 26/02/2019, com fundamento na(s) alínea(s) c do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - JUSTIÇA GRATUITA - CONCESSÃO TÁCITA - SERVIDOR EFETIVO - PEDIDO DE EXONERAÇÃO - RETRATAÇÃO APÓS A PUBLICAÇÃO DO ATO DE EXONERAÇÃO - RECONDUÇÃO INDEFERIDA - PUBLICAÇÃO EM QUADRO DE AVISO - LEGISLAÇÃO MUNICIPAL QUE PREVIA A PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO ELETRÔNICO OFICIAL - VÍCIO DE FORMA - DECURSO DO TEMPO - INTERESSE PÚBLICO - CONVALIDAÇÃO.

1 - Presume-se deferido o pedido de assistência judiciária gratuita não expressa e fundamentadamente indeferido. Precedente.

2 - O servidor público não possui direito líquido e certo de ser reconduzido ao cargo, em caso de retratação do pedido de exoneração realizado após a publicação do respectivo ato.

3 - A irregularidade na publicação do ato de exoneração por vício de forma reclama convalidação se, pelo decurso do tempo, o interesse público estiver preservado" (fls. 156/166e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 169/172e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL - INOCORRÊNCIA - ARTIGO 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 - REDISCUSSÃO DO MÉRITO - IMPOSSIBILIDADE.

1 - Os embargos de declaração, para serem viabilizados, reclamam o apontamento de omissão, obscuridade, contradição ou erro material.

2 - O inconformismo com os termos da decisão colegiada deve ser

externado em recurso próprio, que não se confunde com a estreita via dos embargos" (fls. 183/187e).

Nas razões do Recurso Especial, a parte ora recorrente aponta a existência de divergência jurisprudencial entre o acórdão recorrido e o entendimento firmado por esta Corte e pelo próprio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Por fim, requer "seja o presente Recurso Especial conhecido e no mérito PROVIDO, reformando o Acórdão prolatado pelo Tribunal de origem, para o fim de determinar à Autoridade coatora a imediata reintegração da Recorrente ao cargo anteriormente ocupado, ao tempo do pedido administrativo de exoneração, requerendo ainda, com o provimento do presente recurso, a concessão da tutela específica, nos termos do pedido liminar rogado na inicial, para o fim de imediata reintegração da Recorrente, aos quadros de servidores do Município de Carmo de Minas-MG" (fl. 192e).

Contrarrazões a fls. 201/207e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 221/224e).

A irresignação não merece conhecimento.

Com efeito, a interposição do Recurso Especial pela alínea c do permissivo constitucional exige que o recorrente cumpra o disposto no referido dispositivo e o disposto no art. 1.029, § 1º, do CPC/2015, no art. 26 da Lei 8.038/90 e no art. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Assim, é inviável a apreciação de Recurso Especial fundado em divergência jurisprudencial, quando o recorrente não demonstrar o suposto dissídio pretoriano por meio: **(a) da juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma**, ou, em sua falta, da declaração pelo advogado da autenticidade dessas; **(b) da citação de repositório oficial**, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado; **(c) do cotejo analítico**, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando, para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma; **(d) a indicação dos dispositivos de lei federal com interpretação divergente entre os Tribunais**.

Deixando o recorrente de assim proceder, carece de fundamentação recursal, incidindo o disposto na Súmula 284/STF, segundo o qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Destaque-se que **não se presta como paradigma, para fins de comprovação do dissídio jurisprudencial, acórdão oriundo do próprio Tribunal prolator do acórdão recorrido**, como é o caso daquele citado a fl. 194e, o que atrai a incidência da Súmula 13/STJ, segundo a qual "a divergência entre julgados do mesmo

tribunal não enseja recurso especial".

Nesse sentido:

"PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTENTE. EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL. DISPOSITIVO LEGAL DISSOCIADO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF. OFENSA A LEI LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 13/STJ.

(...)

4. O recurso especial também não deve ser conhecido quanto ao fundamento da alínea "c" do art. 105, inciso III, da Constituição Federal, porquanto a recorrente trouxe a confronto julgados do mesmo Tribunal, o que não configura a divergência exigida no permissivo constitucional, nos termos da Súmula 13/STJ: "A divergência entre julgados do mesmo tribunal não enseja recurso especial."

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AREsp 361.526/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/11/2013).

No caso dos autos, verifica-se que **a parte ora recorrente furtou-se de indicar o repositório oficial em que foram publicados os acórdão apontados como paradigmas, sequer trazendo aos autos a cópia do inteiro teor dos referidos julgados, bem como deixou de indicar o dispositivo de lei federal sobre o qual foi conferida interpretação divergente entre os julgados confrontados**, requisitos esses indispensáveis para o conhecimento do Recurso Especial com base na alínea c do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE SONEGAÇÃO TRIBUTÁRIA. LEI Nº 8.137/90. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DO COTEJO ANALÍTICO. PRETENSÃO DE ABSOLVIÇÃO. NECESSIDADE DO REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7/STJ. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE AÇÕES PENAIIS EM ANDAMENTO. SÚMULA 444/STJ.

1. Não tendo o recorrente comprovado o dissídio jurisprudencial nos termos exigidos pelos dispositivos legais e regimentais - notadamente **por ter deixado de efetuar o necessário cotejo analítico das teses supostamente divergentes, tampouco indicado o**

repositório oficial ou juntado cópia do inteiro teor dos julgados paradigmas -, mostra-se inviável o conhecimento do recurso especial interposto com base na alínea c do permissivo constitucional. (...)" (STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1.249.691/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe de 28/06/2013).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS. CONTRATAÇÃO DE TEMPORÁRIOS. FALTA DE INDICAÇÃO DE ARTIGO DE LEI FEDERAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. INEXISTÊNCIA DE CARGOS VAGOS ATESTADA PELA CORTE LOCAL. INVERSÃO DO JULGADO QUE ENSEJARIA O REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. A ausência de indicação do dispositivo federal sobre o qual recai a suposta divergência jurisprudencial evidencia deficiência na fundamentação do apelo especial, atraindo a incidência da Súmula 284/STF. (...)" (STJ, AgRg no REsp 1.311.820/PB, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/06/2013).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SEGURO HABITACIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ.

1. É inadmissível o recurso que não indica com precisão o dispositivo de lei federal supostamente violado, nos termos da Súmula nº 284/STF. (...)" (STJ, AgRg no REsp 888.760/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 19/06/2013).

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS. CRÉDITO ESCRITURAL. APROVEITAMENTO. SAÍDA ISENTA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ART. 20, § 3, DA LC 87/1996. HIPÓTESE QUE NÃO SE CONFUNDE COM A EXCEÇÃO PREVISTA NO § 6º. EFEITOS PRETÉRITOS. AUSÊNCIA DE DISPOSITIVO LEGAL. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. SÚMULA 284/STF.

(...)

6. Por fim, não se pode conhecer da alegada divergência jurisprudencial, se a parte não demonstra sobre qual dispositivo legal ocorreu o dissenso pretoriano. Ademais, não se realizou cotejo analítico, razão pela qual incide, por analogia, a Súmula 284/STF (EDcl no AgRg no AREsp 257.377/MG, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 2.4.2013; AgRg no AREsp 263.444/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma,

DJe 18.2.2013).

7. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido" (STJ, REsp 1.357.935/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/05/2013).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ACIDENTE EM RODOVIA FEDERAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DANO MORAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.

(...)

2. Não obstante, no caso concreto, o recorrente não realizou o necessário cotejo analítico, bem como **deixou de indicar os dispositivos legais supostamente violados pelo acórdão a quo, indispensável para a demonstração da divergência, razão pela qual incide o óbice previsto na Súmula 284/STF. Precedentes do STJ.**

3. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 306.717/PB, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/05/2013).

Destaque-se que a Corte Especial do STJ, no julgamento do AgRg no EREsp 932.334/RS (Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA) decidiu que "o Diário da Justiça não constitui repositório oficial de jurisprudência (art. 255, § 3º, do RISTJ), é apenas órgão de divulgação (art. 128, I, do RISTJ). Nele é publicada somente a ementa do acórdão. Deixando-se de citar o repositório oficial ou autorizado de jurisprudência, impõe-se a juntada de certidão ou cópia autenticada do acórdão paradigma (art. 546, parágrafo único, do CPC, c/c os arts. 266, § 1º, e 255, § 1º, "a" e "b", do RISTJ)".

Do mesmo modo, **a parte ora recorrente omitiu-se de realizar o necessário cotejo analítico, limitando-se a transcrever as ementas dos julgados apontados como paradigmas**, conforme se observa da fl. 194e, furtando-se de demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, atraindo, assim, o óbice da **Súmula 284/STF**.

Nesse sentido: STJ, AgRg no REsp 1.374.916/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/08/2013; AgRg no AREsp 306.717/PB, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/05/2013.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de

18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, já que, conforme orientação fixada pela Súmula 105/STJ, não é admitida a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em Mandado de Segurança.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES

Relatora